

**ANPOCS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
CIÊNCIAS SOCIAIS  
32º ENCONTRO ANUAL**

**GT 13: DESIGUALDADES: DIMENSÕES E EVOLUÇÕES RECENTES**

**A dança das cadeiras.  
Desemprego, padrões de trajetória e segregação  
em São Paulo e Paris**

**Nadya ARAUJO GUIMARÃES**

USP/Departamento de Sociologia e CEBRAP/CEM

E-mail: [nadya@uol.com.br](mailto:nadya@uol.com.br)

**Murillo Marschner ALVES DE BRITO**

CEBRAP/CEM

E-mail: [murillomarschner@yahoo.com.br](mailto:murillomarschner@yahoo.com.br)

Neste texto analisamos a realidade de duas metrópoles, São Paulo e Paris, para discutir dois tipos de resultados. Primeiro: a segregação, habitualmente tratada sob o prisma do acesso à ocupação, pode ser também observada nas trajetórias dos indivíduos; certos grupos têm os seus percursos ocupacionais confinados a âmbitos restritos do mercado. Segundo: o risco de trajetórias em ocupações de baixa qualidade é desigualmente distribuído e associado a atributos dos indivíduos. A evidência empírica vem de dois *surveys* que identificaram padrões de trajetórias em contextos de crescente desemprego. Para Paris, foram analisados 1624 casos extraídos do painel prospectivo do Ministério do Trabalho francês que seguiu, entre 1995 e 1998, uma coorte de demandantes de emprego. Para São Paulo, foram analisadas as trajetórias ocupacionais, entre 1997 e 2001, de 6.627 desempregados entrevistados por meio de um *survey* retrospectivo (complementar à Pesquisa de Emprego e Desemprego), conduzido pelo Centro de Estudos da Metrópole (Cebrap/USP) e pela Fundação SEADE.

**27 a 31 de outubro  
Hotel Glória, Caxambu**

## **A dança das cadeiras. Desemprego, padrões de trajetória e segregação em São Paulo e Paris<sup>1</sup>**

**Nadya ARAUJO GUIMARÃES<sup>2</sup>  
Murillo Marschner ALVES DE BRITO<sup>3</sup>**

O desemprego, sob a forma recorrente como se manifesta em nossos dias, efetua, de modo perverso, um constante movimento de redistribuição das oportunidades ocupacionais (Maruani e Reynaud, 1993; Demazière, 1995). Sendo assim, pode ser elucidativo verificar o que se passa com os padrões de transição no mercado de trabalho quando as oportunidades de emprego estão sujeitas a intensos rearranjos pelo efeito do desemprego crescente.

Para refletir nessa direção, analisaremos trajetórias de desempregados nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Paris e discutiremos dois resultados. O primeiro é que a segregação, habitualmente tratada sob o prisma do acesso à ocupação, pode ser também observada nas trajetórias dos indivíduos (Walby, 1988; Moore, 1992), visto que certos grupos têm seus percursos ocupacionais confinados a âmbitos restritos do mercado (Burchell e Rubery, 1994). O segundo é que o risco de vivenciar trajetórias limitadas ao mundo das ocupações de baixa qualidade é desigualmente distribuído, e tais percursos associam-se a atributos como sexo e condição étnico-racial dos indivíduos (Cohn, 2000).

A evidência empírica que baseia a nossa reflexão foi buscada em *surveys* realizados em Paris e São Paulo, na segunda metade dos anos 1990, com o objetivo de identificar padrões de transição em contextos de crescente desemprego. No primeiro caso, trata-se de um painel prospectivo, que seguiu uma coorte de novos demandantes de emprego junto à Agence

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada na seção Sessão 2 “Globalização, trabalho e desigualdades” do Grupo de Trabalho 13 “Desigualdades: Dimensões e evoluções recentes”, por ocasião do 32 Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, 27 a 31 de outubro de 2008. A análise aqui apresentada se baseia em dados originalmente colhidos para o projeto “Desemprego: aspectos institucional e biográfico. Uma comparação Brasil, França, Japão”, que se desenvolveu no CEM-Cebrap/USP, entre 2000 e 2005, com apoios do CNPq (Auxílio Pesquisa 469792-00 e Programa de Cooperação Bilateral CNPq-CNRS Projeto 690030-01-0), do CEM (Programa Fapesp/CEPID 1998/14342-9) e da William and Flora Hewlett Foundation (US-Latin America Program, Grant # 200-5377). As idéias apresentadas foram inicialmente debatidas no Colóquio Internacional “Mercado de Trabalho e Gênero” (USP/Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2007) e muito se beneficiaram dos comentários recebidos na ocasião, bem como da revisão, pelos coordenadores do evento, dos textos ali apresentados. Agradecemos o apoio da equipe de pesquisa que participou do projeto original, mas especialmente de Paulo Henrique da Silva, com quem discutimos a melhor maneira de aproveitar os antigos dados para novas indagações de pesquisa. Comentários são muito bem-vindos.

<sup>2</sup> Professora Livre-Docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e Pesquisadora do CNPq associada ao Centro de Estudos da Metrópole (CEM). E-mail: [nadya@uol.com.br](mailto:nadya@uol.com.br) Website: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya>

<sup>3</sup> Sociólogo, Pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole, Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: [murillomarschner@yahoo.com.br](mailto:murillomarschner@yahoo.com.br)

Nationale pour l'Emploi – ANPE, no período compreendido entre 1995 e 1998<sup>4</sup>. No segundo, de um levantamento retrospectivo, por questionário suplementar à Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED da Fundação Seade/Dieese, que identificou trajetórias ocupacionais de trabalhadores paulistanos entre 1994 e 2001, momento da coleta dos dados<sup>5</sup>.

## **AS FORMAS DE DESEMPREGO E OS PADRÕES DE TRAJETÓRIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE PARIS E SÃO PAULO**

---

Reza uma farta literatura que, a partir dos anos 1970, o padrão fordista clássico – fundado nas negociações coletivas, no peso dos sindicatos e nas instituições de proteção social – teria se tornado inadequado às estratégias empresariais crescentemente movidas pelo intuito de intensa racionalização (da produção e do trabalho), sujeitas a uma situação de acirrada competição e de inusitada exposição a padrões internacionalizados de produção e consumo. Duas grandes (e dramáticas) tendências passam a se exprimir. Em termos qualitativos, polarizam-se os postos de trabalho em “bons” e “maus” empregos. Em termos quantitativos, ingressamos numa era em que o crescimento da produção passa a se dar sem um aumento proporcional do emprego, levando a um incremento daquela parcela do desemprego aberto que pode ser entendida como desemprego estrutural e de longa duração.

A novidade do fenômeno é notável. Na própria forma de denominá-lo já se evidencia o seu caráter paradoxal: o desemprego – categoria, socialmente construída por volta da segunda metade do século XIX, para dar conta de uma situação transitória de privação involuntária de emprego (e, como tal, juridicamente reconhecida e estatisticamente mensurada)<sup>6</sup> – passava a adquirir um caráter de inusitada permanência. E assim sendo, a subtilização do trabalho deixava de assumir a forma clássica e única do desemprego aberto. Passava agora a se expressar em múltiplas formas, tais como o trânsito à inatividade de indivíduos no auge da sua vida ativa, as formas precárias e/ou atípicas dos chamados “postos de baixa qualidade”, além do próprio desemprego de longa duração.

---

<sup>4</sup> O painel *Trajectoires des demandeurs d'emploi et marché local de travail* foi conduzido pelo DARES/Ministère du Travail et de la Solidarité e seguiu os trajetos dos novos inscritos junto à ANPE em oito regiões do país, em abril-junho de 1995, acompanhando-os, por meio de três levantamentos anuais, durante os 33 meses seguintes. Aqui analisaremos apenas os dados relativos aos 1.624 casos colhidos para a região metropolitana de Paris-Île de France. Para detalhes sobre o estudo, ver Pignony e Poujouly (1999).

<sup>5</sup> A PED é uma pesquisa mensal domiciliar por amostra representativa da população economicamente ativa na Região Metropolitana de São Paulo. O *survey* retrospectivo *Mobilidade ocupacional* foi conduzido pelo Centro de Estudos da Metrópole e Fundação Seade. As análises que se seguem tratam apenas da subamostra de 6.627 desempregados, que formam parte do grupo mais amplo de 53.170 indivíduos ouvidos de abril a dezembro de 2001 em 27 mil domicílios. Maiores detalhes em Guimarães (2008).

<sup>6</sup> Como brilhantemente desenvolveram Salais et al (1986) e Topalov (1994).

O que parece estar em jogo quando se toma em conta essa multiplicidade de formas de subutilização do trabalho? Em primeiro lugar, o fato de que o desemprego não apenas aumenta o seu volume e diversifica a sua forma, mas que atinge desigualmente os indivíduos segundo características tais como sexo, condição étnico-racial, idade, categoria sócio-profissional e escolaridade. Ou seja, o desemprego, além de involuntário, como queria o nosso modelo clássico de cultura normativa do trabalho, é também fortemente seletivo, visto que as chances de emprego estão desigualmente distribuídas entre os diferentes grupos sociais.

Ademais, outro traço passou a caracterizar a organização contemporânea do mercado de trabalho. A saída da condição de desemprego já não se faz pela via da obtenção de uma ocupação estável. Ao contrário, os que passam pelo desemprego, quando logram sair dele apresentam uma tendência à fragilização dos vínculos subsequentes de trabalho, que os faz candidatos potenciais a novas situações de perda de trabalho. Constitui-se uma nova figura, a do desemprego recorrente. Nessas condições, as trajetórias dos trabalhadores passam a ter uma nova feição: em lugar de combinarem-se ocupação duradoura (e protegida) com desemprego ocasional (e igualmente protegido), observa-se um novo padrão, no qual períodos duradouros de falta de trabalho passam crescentemente a entrecortar as trajetórias ocupacionais.

Ora, quando a ausência de trabalho regular tende a se tornar uma condição duradoura, sob o risco desse desemprego recorrente, mais indivíduos passam a demandar o suporte dos mecanismos de proteção, elevando-lhes os custos de manutenção e pondo em questão a viabilidade desses regimes de bem-estar, ao menos nas formas como originalmente concebidos e financeiramente sustentados. Diante disso, vimos testemunhando respostas governamentais voltadas a multiplicar as restrições à duração dos benefícios e a mudar os requisitos de elegibilidade; a essas medidas se associaram iniciativas organizacionais em direção a integrar as funções de outorga do benefício do seguro às de treinamento e de recolocação.

O quanto há de comum e o quanto há de particular no modo pelo qual diferentes sociedades vivem essas características emergentes no mundo do trabalho? Considerando que poucos foram os países que conheceram em toda a sua plenitude a experiência histórica dos chamados Estados de Bem-Estar Social e as formas clássicas do fordismo, que dizer, por exemplo, do alcance desse movimento do desemprego em realidades onde eram frágeis os regimes de proteção?

Assim, no curso desta seção procuraremos ilustrar, à luz dos casos de Paris e de São Paulo, quão amplas podem ser tais variações e que padrões de trajetória podem ser identificados

como tipificando o modo como desempregados transitam em mercados distintos por seus regimes de proteção em momentos de intensificação do desemprego.

O que justifica a escolha dessas duas metrópoles como objetos de nosso estudo é o fato de as considerarmos ilustrativas de dois tipos contrastantes de regimes de *welfare* (Gallie e Paugam, 2000). Na França, construiu-se um sólido e inclusivo sistema público de proteção cujo ápice coincide com os chamados “trinta anos gloriosos” de expansão capitalista no pós-guerra. A ele corresponde uma norma de emprego por tempo indeterminado, fortemente regulamentado pelo Estado e assentado em direitos barganhados coletivamente, e que tem como complemento um sistema especial de institucionalização do desemprego. Este é ancorado no seu caráter ocasional e de pouca duração, e generoso pela cesta de benefícios que outorga, expressados nas políticas de orientação e requalificação profissional, suporte monetário e apoio à procura de trabalho.

No caso do Brasil, onde nunca existiu um Estado de Bem-Estar Social, a proteção ao desemprego foi instituída somente nos anos 1990. Ela se erigiu sobre a base de um mercado em que já predominavam intensas transições entre ocupações e uma situação de assalariamento restrito, com forte peso do trabalho informal. Esse sistema de proteção ao desemprego é ainda bastante limitado em sua capacidade de incluir indivíduos, dados os critérios de elegibilidade adotados. Além disso, é pouco efetivo, haja vista a parcimônia com que os benefícios são concedidos, e articula mal suas políticas de seguro, intermediação e qualificação profissional.

Dedicamos esta primeira seção do texto a evidenciar as diferenças nos padrões de percurso, em Paris e São Paulo, que resultam dessas distintas formas de institucionalização do desemprego e dos regimes de proteção social. Na segunda seção examinaremos, para cada uma das metrópoles, como diferentes atributos individuais se associam ao risco de permanecer duradouramente no desemprego ou à chance de acessar distintas portas de saída, abertas pelo movimento de re-inserção no mercado de trabalho.

### **Transições e trajetórias num contexto de desemprego duradouro: Paris 1995-1998**

---

O desemprego atingiu duramente o mercado de trabalho francês nas últimas décadas, fazendo-se sentir com especial intensidade na sua principal metrópole, Paris. A extensão do tempo de procura de trabalho e a correlata experiência de uma desocupação duradoura

desafiam a agenda da política pública desde os anos 1970, pondo em cheque o regime de *welfare* e as formas de institucionalização do desemprego<sup>7</sup>.

Tal deterioração das condições de acesso ao sistema de proteção teve lugar em um contexto de progressiva racionalização do uso do trabalho, de globalização dos processos produtivos (sobretudo na manufatura e nos serviços modernos) e de intensificação da imigração de trabalhadores (por razões ocupacionais e/ou políticas).

A emergência das chamadas “formas atípicas” de emprego e de desemprego passou a se fazer presente nas trajetórias ocupacionais dos indivíduos. É o que se pode ver na Tabela 1, a seguir, construída com dados do painel “Trajetórias de demandantes de emprego”, coletado pelo Ministério do Trabalho francês. Nela apresentamos o resultado da análise fatorial e de *clusters* efetuada a partir de uma matriz de informações reunindo 1.624 pessoas cujos percursos foram observados durante 33 meses (compreendidos entre 1995 e 1998), e classificados, mês a mês, segundo doze possibilidades de relação com o mercado de trabalho. Tal análise nos permitiu identificar nove caminhos mais recorrentes, que expressam os principais tipos de trajetórias agregadas dos entrevistados.

TABELA 1  
TRAJETÓRIAS DOS DESEMPREGADOS DE PARIS - ÎLE DE FRANCE  
(1995-1998)

	<b>Tipos de Trajetórias</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
Percursos clássicos	Desempregado	499	<b>30,7</b>	<b>47</b>
	Empregado regular sob contrato de duração indeterminada (CDI)	265	<b>16,3</b>	
Novas formas de precariedade	Empregado regular transitando entre CDI e CDD (contratos de duração determinada)	248	15,3	<b>36,2</b>
	Empregado regular sob contrato CDD	178	11,0	
	Subcontratado	114	7,0	
	Em outros tipos de emprego	47	2,9	
Novas formas de proteção social	Desempregado em programa de treinamento	100	6,2	11,6
	Beneficiário de contrato de proteção social	88	5,4	
Saída do mercado	Inativo	85	5,2	5,2
	<b>Total</b>	<b>1624</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, DARES, Painel TDE. Processamentos próprios. *Apud* Guimarães (2006a)

<sup>7</sup> Há uma extensa literatura que trata desse fenômeno e de suas conseqüências. Entre os trabalhos mais importantes citamos Freyssinet (1984), Maruani e Reynauld (1993), Demazière, (1995a; 1995b), Friot e Rose (1996), Supiot (1999), Maruani (2002) e Gautié (2003).

Um achado logo chama a atenção: a trajetória mais freqüente, correspondente a 30,7% dos casos, é a da permanência no desemprego de longa duração. É também notável que quase metade dos indivíduos (47%) tenha seus percursos classificáveis em uma das duas situações mais típicas da norma fordista: a ocupação duradoura e protegida (CDI) ou o desemprego igualmente protegido (ainda que extraordinariamente duradouro).

Entretanto, apenas uma minoria (16,3%) consegue sair do desemprego pela via virtuosa da obtenção de um contrato de duração indeterminada. Para uma parcela significativa dos casos (quatro em cada seis pessoas que escapam ao desemprego), a saída se dá por vias que os conduzem às novas formas atípicas de relação de trabalho (como CDD, trabalho temporário subcontratado), consideradas precárias em face da norma em vigor no sistema de emprego francês.

Os contratos que revelam o braço de apoio da proteção social amparam menos de dois em cada dez dos entrevistados (11,6%). É também muito pouco expressiva, quase insignificante, a trajetória de saída do mercado de trabalho, passando duradouramente à inatividade (apenas 5,2% dos casos)<sup>8</sup>.

### **Transições e trajetórias ocupacionais num contexto de desemprego recorrente:**

**São Paulo 1997-2001**

---

Ao longo da década de 1990, São Paulo, a maior metrópole do Brasil, também experimentou uma onda de mudanças importantes, associadas a transformações na economia brasileira que a atingiram de uma dupla forma. A reespecialização dos novos investimentos industriais obrigou-a a dividir com outras regiões o protagonismo que até então lhe coubera na produção nacional. Paralelamente, os serviços que nela já se concentravam cresceram e se diversificaram, ampliando-se as atividades de comando de negócios, em especial de grandes empresas nacionais e transnacionais.

Esse movimento aumentou sua competitividade, mas atingiu profundamente seu mercado de trabalho (Dedecca, Montagner e Brandão, 1993; Comin, 2003). Elevou-se de maneira significativa o tempo de procura de trabalho, que dobrou no curso dos anos 1990, e a taxa de desemprego total ultrapassou os dois dígitos, sustentando-se em níveis que, nos momentos mais críticos, chegaram a alcançar 20% da população em atividade (Guimarães, 2008).

---

<sup>8</sup> Para outras análises ver Pignony e Poujouly (1999), Canceill e Huyghues Despointes (1999) e Guimarães (2006a e 2006b).

Ora, quando o alongamento dos tempos de desemprego e de procura de trabalho convive com um sistema de proteção pouco efetivo produz-se um efeito de elevada insegurança ocupacional. Ele se expressa, em realidades como a de São Paulo, no intenso trânsito entre situações no mercado de trabalho, em movimentos que refletem o esforço dos indivíduos no sentido de obter algum rendimento suscetível de permitir sua sobrevivência. Esse é um fenômeno diferente do que foi observado em Paris, onde o aumento do desemprego de longa duração é que constitui o principal desafio.

Para melhor elucidar a especificidade dessas trajetórias, utilizamos os dados obtidos pelo questionário suplementar à Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de São Paulo. Ele recobre retrospectivamente experiências de trabalho vividas entre os anos de 1997 e 2001.

Pelo mesmo procedimento de análise fatorial e de *clusters*, os percursos dos 6.627 desempregados foram observados durante 48 meses (entre abril de 1997 e abril de 2001), sendo a situação de cada um deles, mês a mês, classificada conforme uma tipologia de nove possíveis posições em face do mercado de trabalho. Os resultados da tabela 2 mostram os seis tipos de trajetórias agregadas que foram identificados.

TABELA 2  
TRAJETÓRIAS DOS DESEMPREGADOS ENTREVISTADOS EM 2001 EM SÃO PAULO  
(1997-2001)

Tipos de Trajetórias		N	%	%
Percursos clássicos	Desempregado	1074	16,2	
	Assalariados com carteira	1598	<b>24,1</b>	40,3
Percursos despadronizados	Transições intensas, percurso ignorado	2327	<b>35,1</b>	
	Desempregado ou inativo	1088	16,4	<b>51,5</b>
Outros percursos	Domésticos	301	4,6	
	Autônomos	239	3,6	8,2

**Total**      6627      100      100

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Questionário Suplementar Seade/CEM “Mobilidade Ocupacional”. Processamentos próprios.

Duas trajetórias típicas se destacam. A primeira assemelha-se à norma em um mercado de trabalho protegido onde impera o assalariamento regular. Nessa situação, o desemprego representa um momento de ruptura em um percurso até então estável, marcado pelo



assalariamento duradouro e protegido pelo vínculo formal. Mas, apenas uma quarta parte dos entrevistados (24,1%) enquadra-se nesse percurso.

O grupo mais importante de casos (35,1%), que forma a segunda trajetória típica, constitui-se de entrevistados com um percurso ocupacional marcado por transições tão intensas e variadas que não permitem identificar um padrão. O desemprego, para esse grupo de pessoas, é apenas mais um evento de risco num trajeto pleno de incertezas. Se agregarmos a esse tipo de trajetória aquele outro, marcado pela ausência de evento de ocupação, em que os indivíduos transitam entre o desemprego e a inatividade, teremos mais da metade dos entrevistados (51.5%).

Os dados da PED deixam patente também que, nas condições de institucionalização da proteção no Brasil, é excepcional encontrar indivíduos com um percurso no desemprego de longa duração. Entre os desocupados da Região Metropolitana de São Paulo, apenas uma parcela minoritária (16,2% contra 30% em Paris) tinha condições de permanecer duradouramente em desemprego.

Vistas em uma perspectiva comparada, as realidades das duas metrópoles sugerem que, quando o desemprego se intensifica e redistribui oportunidades, se instabilizam os percursos ocupacionais e se fragilizam as normas vigentes. Entretanto, esse movimento tem resultados distintos em cada uma delas.

Em Paris, a forma predominante, inserida em um sistema público ainda pujante, é a do desemprego de longa duração, e quando há transições, elas se fazem no sentido de formas ditas atípicas de trabalho.

Em São Paulo, visto que os indivíduos não dispõem de uma estrutura institucional que lhes faculte permanecer no desemprego por longo período, seus percursos caracterizam-se pela enorme recorrência de transições. Isso intensifica a tal ponto as mudanças entre situações que, para uma expressiva maioria de pessoas, é difícil reconhecer um padrão de percurso.

Diante disso, novas indagações se impõem: quando o desemprego – recorrente, no caso paulista, ou duradouro, no caso parisiense – altera as formas de transitar no mercado de trabalho, como as oportunidades ocupacionais se distribuem entre os indivíduos? Quem circula no mercado pelos caminhos mais precários? Que fatores explicariam a segregação nos percursos?

---

## PERCURSOS OCUPACIONAIS E EVIDÊNCIAS DE SEGREGAÇÃO ENTRE GRUPOS DE SEXO E ÉTNICO-RACIAIS

---

A resposta às indagações anteriores apóia-se no entendimento de que, além das lógicas institucionalizadas nos regimes de proteção social, outras lógicas sociais configuram os padrões de percurso. Referimo-nos às construções sociais sobre a diferença, que desigualam os indivíduos ao conferirem valor às suas características, algumas adscritas, como idade, condição étnico-racial e de sexo, outras adquiridas, como escolaridade. A eficácia simbólica desse tipo de determinante na operação do mercado de trabalho é significativa, alterando as chances de trabalhadores e trabalhadoras na procura de trabalho ou na permanência no emprego.

As trajetórias respondem assim não apenas a especificidades institucionais, que abordamos mediante comparações intermetropolitanas, como também a especificidades simbólicas, que abordaremos agora mediante comparações intrametropolitanas, controlando características dos indivíduos, para em seguida voltar a pensar sobre os elementos que distinguem ou aproximam as duas metrópoles.

Inicialmente, associamos os tipos de percurso a duas variáveis que indicam possíveis elementos de segregação no mercado de trabalho: sexo e raça, partindo da hipótese de que o modo como se tecem as relações sociais de sexo e as relações sociais de raça tem efeitos nas trajetórias dos indivíduos.

Tendo em vista as particularidades que distinguem os sistemas de relações raciais brasileiro e francês, construímos dois indicadores distintos, mas que apontam para um mesmo fenômeno, o que os torna comparáveis.

Para o caso de São Paulo, utilizamos o indicador de “cor”, visto que as características fenotípicas são determinantes do modo de classificação racial no país (Hasenbalg, 1979; Silva e Hasenbalg, 1992; Guimarães, 2008). Mais do que simplesmente a cor da pele, os grupos reconhecidos no sistema brasileiro de classificação racial – “pretos”, “pardos”, “brancos”, “amarelos” e “indígenas” – expressam diferenças baseadas num *mix* de características fenotípicas que combinam outros traços, como tipo de cabelo, formato do nariz e dos lábios, etc. Para fins da análise, reclassificaremos os cinco grupos oficiais em apenas dois, “brancos” e “negros”<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Sob a denominação “brancos” reunimos os dados referentes aos que são classificados como “brancos” e “amarelos” (asiáticos). Sob a denominação “negros”, os classificados como “pretos”, “pardos” e “indígenas”. Poderíamos ter denominado este último reagrupamento como “não-brancos”, mas optamos por “negros” dado o

Para o caso de Paris, utilizamos um indicador de “descendência”, que permite diferenciar os “franceses” dos “estrangeiros” e “descendentes de estrangeiros”, aos quais nos referimos, para efeitos de simplificação, como “de descendência francesa” e “de descendência estrangeira”. Essa escolha se deve não apenas à inexistência de informação sobre “condição racial” na pesquisa TDE que nos serve de fonte, mas sobretudo ao fato de que a origem nacional tem sido apontada como um importante crivo para a constituição de hierarquias sociais de base étnico-racial na França (Sahlins, 2004; Fassin e Fassin, 2006). A variável “descendência” pode funcionar como um *proxy*, na verdade o único, entre as características de perfil do entrevistado disponibilizadas pelo banco da pesquisa TDE<sup>10</sup>.

O primeiro passo é verificar se existe alguma associação sistemática entre sexo e cor/descendência, por um lado, e os distintos tipos de trajetórias apresentados na seção anterior, por outro.

Os resultados estatísticos para Paris (tabela 3) deixam claro que se deve rejeitar a hipótese nula de independência entre sexo/descendência e tipos de trajetória<sup>11</sup>.

**TABELA 3**  
**TRAJETÓRIAS POR SEXO E DESCENDÊNCIA: PARIS-ÎLE DE FRANCE**  
**(1995-1998)**

Tipos de trajetória	SEXO / DESCENDÊNCIA								Total		
	Mulheres / descendência estrangeira		Mulheres / francesas		Homens / descendência estrangeira		Homens / francesas				
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Desemprego	103	20,6	159	31,9	101	20,2	136	27,3	499	100,0	Formas típicas de inserção no mercado
CDI	31	11,7	77	29,1	44	16,6	113	42,6	265	100,0	
Transição CDI/CDD	26	10,5	88	35,5	42	16,9	92	37,1	248	100,0	As novas formas precárias
CDD	29	16,3	66	37,1	32	18,0	51	28,7	178	100,0	
Sub-Contratado	6	5,3	34	29,8	31	27,2	43	37,7	114	100,0	
Outros Tipos de Emprego	7	14,9	14	29,8	13	27,7	13	27,7	47	100,0	
Desempregado em Programa de Treinamento	23	23,0	24	24,0	26	26,0	27	27,0	100	100,0	Os novos dispositivos da proteção social
Beneficiário de Contrato de Proteção Social	18	20,5	31	35,2	13	14,8	26	29,5	88	100,0	
Inatividade	24	28,2	51	60,0	3	3,5	7	8,2	85	100,0	Saída do mercado
<b>Total</b>	267	16,4	544	33,5	305	18,8	508	31,3	1624	100,0	

Fonte: Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, DARES, Panel TDE "Trajectoires des demandeurs d'emploi". Processamentos próprios.

amplo predomínio de “pretos” e “pardos” entre os “não-brancos”. Na composição demográfica atual de São Paulo, os “indígenas” têm reduzida presença, tanto quanto os mestiços (“pardos”) que não são afro-descendentes.  
<sup>10</sup> É certo que entre os estrangeiros ou de descendência estrangeira, existem importantes hierarquias internas, diferenciando, por exemplo, os europeus ocidentais, os árabes ou os asiáticos. Entretanto, por razões relativas ao tamanho da amostra da TDE, não nos foi possível construir desagregações mais finas.

<sup>11</sup> O teste de Qui-Quadrado apresentou significância estatística muito alta (mais de 99% de confiabilidade) para a dependência entre as variáveis.

Observa-se que as trajetórias dos homens franceses e as dos estrangeiros ou seus descendentes são distintas. Na comparação, destaca-se o enorme peso dos primeiros nos percursos que tipificam a norma salarial (CDI) e a sobre-representação dos últimos nos percursos ocupacionais mais instáveis, nas formas precárias de emprego, cada vez mais presentes no mercado de trabalho francês, ou ainda nos programas de reinserção.

Há diferenças também entre os percursos das francesas e das estrangeiras ou descendentes, mas o primeiro dado que chama a atenção é que, no conjunto, elas se distinguem dos homens pela sobre-representação nas fronteiras das relações típicas de emprego. Observa-se que seis em cada dez pessoas em situação de inatividade no período considerado são mulheres francesas e três em cada dez são mulheres de descendência estrangeira. Estas últimas estão ainda sobre-representadas nos percursos duradouros de desemprego ou naqueles que as sustentam sob os dispositivos da proteção social.

Os franceses, homens e mulheres, compartilham duas características: estão sub-representados nas trajetórias de desemprego e sobre-representados nos percursos de transição entre CDI e CDD – o que indica uma situação de menor vulnerabilidade com relação aos estrangeiros e seus descendentes. Porém, enquanto as mulheres se concentram nas trajetórias duradouras de inatividade, os homens têm trajetórias duradouras de emprego, principalmente regido pela norma dos CDI, mas também (e em menor medida) em situações de transição entre contratos por tempo determinado ou indeterminado, ou como subcontratados.

Em São Paulo, os dados indicam claramente que, também aqui, se deve rejeitar a hipótese nula da independência quando se analisa a relação entre sexo e cor, de um lado, e tipos de percurso no mercado, de outro<sup>12</sup>.

A condição de sexo aparece como um demarcador que organiza as chances dos indivíduos nos distintos tipos de percurso no mercado de trabalho. Os tons de cinza da tabela 4 mostram que os grupos se organizam em posições distintas e complementares, como em um tabuleiro de xadrez. Assim, é evidente a sobre-representação das mulheres em trajetórias duradouras no emprego doméstico, uma atividade de baixo prestígio e sujeita a condições de trabalho muitas vezes aviltantes. Se isso atinge especialmente as mulheres negras, não deixa de ser relevante também entre as mulheres brancas. Além disso, brancas e negras estão igualmente sobre-representadas nas trajetórias de desemprego.

Inversamente, todas elas estão sub-representadas nas ocupações (que não o serviço doméstico) regidas por vínculos formalmente protegidos, sob a forma de assalariamento com

---

<sup>12</sup> Também para São Paulo o nível de significância dos testes de Qui-Quadrado foi muito alto, acima de 99%.

carteira assinada, assim como nas trajetórias duradouras no trabalho autônomo. No mercado paulistano de trabalho, esses dois tipos de trajetória são espaços em que os homens estão sobre-representados, sejam eles brancos ou negros, embora estes últimos em menor proporção.

Os tons de cinza da tabela sugerem que também entre os homens há diferenças raciais que não podem ser ignoradas. Os brancos estão sobre-representados nas trajetórias duradouras do trabalho protegido pelo vínculo formal. Já os negros aparecem desproporcionalmente presentes em trajetórias marcadas por uma transição tão intensa que é difícil determinar um padrão de percurso – o que é um indicativo da vulnerabilidade da sua inserção no mercado de trabalho.

**TABELA 4**  
**TRAJETÓRIAS POR SEXO E COR: SÃO PAULO**  
**(1997-2001)**

Classes de trajetória	SEXO / COR								Total	
	Mulheres negras		Mulheres brancas		Homens negros		Homens brancos			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Empregados com Vínculo	284	17,8	439	27,5	381	23,8	494	30,9	1598	100,0
Transições intensas, percurso ignorado	541	23,2	600	25,8	584	25,1	602	25,9	2327	100,0
Emprego Doméstico	160	53,2	106	35,2	12	4,0	23	7,6	301	100,0
Autônomos	38	15,9	58	24,3	59	24,7	84	35,1	239	100,0
Desempregados	325	30,3	403	37,5	156	14,5	190	17,7	1074	100,0
Transição Desemprego/Inatividade	279	25,6	323	29,7	240	22,1	246	22,6	1088	100,0
<b>Total</b>	<b>1627</b>	<b>24,6</b>	<b>1929</b>	<b>29,1</b>	<b>1432</b>	<b>21,6</b>	<b>1639</b>	<b>24,7</b>	<b>6627</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEP, Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego-PED. Questionário Suplementar SEADE/CEM "Mobilidade Ocupacional". Processamentos próprios.

Esse conjunto de resultados sugere que a segmentação racial nos percursos dos indivíduos sujeitos ao desemprego é mais provável no mercado de trabalho de Paris que no de São Paulo. O primeiro separa as trajetórias ocupacionais de estrangeiros e nacionais de maneira ainda mais marcante do que o último o faz com respeito aos seus grupos de cor. Em Paris, por exemplo, existem diferenças mais visíveis entre os percursos das mulheres descendentes de estrangeiros e os das francesas do que aquelas observadas em São Paulo entre os trajetos de mulheres brancas e os das negras. Do mesmo modo, as trajetórias de homens paulistanos, brancos e negros, parecem diferir menos entre si que as dos parisienses descendentes e não-descendentes de estrangeiros.

Poderíamos ir além e arriscar um prognóstico sobre a segmentação por sexo entre os padrões de percurso. Embora os resultados apontem para a maior precariedade das trajetórias femininas em ambas as metrópoles, as mulheres parisienses parecem estar muito mais próximas do padrão que caracteriza os grupos privilegiados (homens de nacionalidade

francesa, no caso parisiense, e homens brancos, no caso paulistano) do que as mulheres em São Paulo, sejam elas brancas ou não-brancas, todas desproporcionalmente retidas no serviço doméstico.

Para verificar esses achados, demos um último passo em nossa análise, observando como se distribuem as chances de permanecer no desemprego duradouro ou de seguir quaisquer das outras trajetórias identificadas em cada uma das metrópoles. Para tal, testamos um modelo de regressão multinomial, no qual diferenciamos os indivíduos por seus atributos de idade, sexo, cor/descendência e escolaridade. Os resultados, sintetizados nas tabelas 5 e 6, permitem verificar se as características adscritas continuam sendo importantes para explicar os trajetos mesmo quando se considera o efeito de uma característica aquisitiva, como o capital cultural expressado na credencial escolar obtida.

Que conclusões podemos tirar a partir desse último passo?

Em primeiro lugar, tanto para São Paulo quanto para Paris, os tipos de trajetórias que mais discriminam (com base em idade, escolaridade, sexo e cor/descendência) são os que se forjam em situações protegidas de trabalho. Assim, o antagonismo mais evidente entre as amostras é aquele entre os trajetos no desemprego e os percursos (extremamente seletivos) no emprego protegido.

Em segundo lugar, observa-se que, se a posse de capital escolar altera as chances dos desempregados, ela o faz com intensidade e eficácia diferentes nas duas metrópoles. Tal efeito é mais importante e mais diversificado em Paris que em São Paulo.

No caso da metrópole brasileira, seu impacto positivo está restrito à determinação das trajetórias de emprego com vínculo. Nelas sua eficácia é altíssima, de modo que quanto maior a credencial escolar, maior a possibilidade de escapar do desemprego pela via de percursos duradouros em formas protegidas de trabalho. Já os resultados para Paris sugerem que o acúmulo de capital escolar causa maior impacto, já que altera as chances de pertencimento a vários tipos de trajetórias. Assim, se o efeito é muito evidente nos percursos em CDI, ele também se faz sentir ao aumentar a chance de estar em outros percursos vividos no emprego, mesmo se em trajetórias não tão virtuosas (CDD ou de transição CDD/CDI).

Entretanto, e em terceiro lugar, as tabelas 5 e 6 oferecem fortes evidências de que atributos que não deveriam ter valor de mercado numa sociedade igualitária seguem diferenciando as chances dos indivíduos, retendo alguns deles em percursos duradouramente desvantajosos.

Vejamos o que se passa com os grupos de idade, sexo e cor/descendência.

Em ambas as metrópoles, a idade é fator importante na determinação da trajetória no mercado de trabalho, já que nelas existem tipos de trajetos fortemente associados seja aos

jovens, seja aos mais idosos. Em São Paulo, os jovens têm chances de estar vinculados tanto a trajetórias de emprego com vínculo formal, quanto a trajetórias precárias ou desvalorizadas (de transição entre desemprego e inatividade, de tipo ignorado ou no serviço doméstico). Já em Paris eles estão mais distantes de percursos em CDI (homólogos às trajetórias brasileiras no emprego formal), e estão associados a contratos temporários ou trajetórias sustentadas em benefícios sociais. Quanto aos mais velhos, em ambas as metrópoles, ter mais de 50 anos implica mais chances de estar retido em trajetórias de desemprego do que fazer qualquer outro tipo de percurso.

Mas, quando se observa a combinação dos atributos de sexo e cor/descendência, os achados novamente se mostram desafiadores.

Entre as mulheres desempregadas de São Paulo, brancas ou negras, o trabalho doméstico é a única trajetória muito mais provável que a permanência no desemprego. Além desta, as outras trajetórias que permitem às mulheres escaparem do desemprego são, por ordem de chance: transição entre desemprego e inatividade, mais provável entre brancas do que entre negras; trajetórias despadronizadas (do tipo ignorado), com maiores chances para negras; emprego com vínculo, com maiores chances para brancas; e trabalho autônomo, também com maiores chances para brancas. Ou seja, as mulheres negras têm mais possibilidades de estarem retidas nos percursos mais vulneráveis. Mas, se a distinção é clara na comparação entre homens e mulheres, e entre mulheres brancas e negras, ela não é tão evidente no que refere aos homens brancos e negros.

Já no caso parisiense, a discriminação por sexo e descendência também se evidencia de modo pronunciado na distinção entre trajetórias de desemprego e CDI. Tanto as mulheres francesas quanto as estrangeiras, ou descendentes de estrangeiros, têm menos chance de trajetórias CDI, o mesmo acontecendo com os homens estrangeiros e seus descendentes. A combinação entre condições de sexo e étnico-racial também tem enorme efeito – positivo – na determinação das possibilidades de trajetórias de inatividade em vez de trajetórias de desemprego; são maiores as chances para mulheres francesas e mulheres descendentes de estrangeiros.

Estaremos, assim, diante de evidências de segregação nos percursos dos indivíduos atingidos pelo desemprego? Em face desse conjunto de resultados, poderíamos arriscar uma conclusão geral: ainda que as evidências pareçam ponderáveis, os mecanismos pelos quais se constrói tal segmentação, que altera as chances de (re)inserção no trabalho, devem ser buscados na forma específica como são socialmente tecidas as diferenças e hierarquias simbólicas em cada metrópole.

Assim, em Paris, os atributos de base étnico-racial parecem pesar mais fortemente na determinação das trajetórias dos desempregados do que aqueles baseados nas diferenças entre grupos no sexo, apesar de que ambas as características fazem variar as chances dos indivíduos. Já em São Paulo, a segmentação dos percursos dos desempregados parece ser movida antes por diferenças entre grupos de sexo e, em seguida, por distinções entre grupos de cor. A discriminação racial operaria de maneira especialmente mais evidente entre as mulheres.

TABELA 5  
PARIS: DETERMINANTES DOS TRAJETOS 1995-1998  
(MODELO DE REGRESSÃO MULTINOMIAL)

classe de trajetória	variável	B	Sig.	Exp(B)	%
Desempregado em Programa de Treinamento	idade - 25 anos ou menos	0,433	0,084	1,542	<b>54,2 (**)</b>
	idade - 50 anos ou mais	-0,933	0,028	0,393	<b>-60,7 (*)</b>
	escolaridade - nível fundamental	0,951	0,003	2,588	<b>158,8 (*)</b>
	escolaridade - nível médio	0,321	0,258	1,378	37,8
	escolaridade - nível superior	0,953	0,009	2,593	<b>159,3 (*)</b>
	mulher / descendência estrangeira	0,157	0,621	1,170	17
	mulher / descendência francesa	-0,277	0,366	0,758	-24,2
	homem / descendência estrangeira	0,350	0,258	1,419	41,9
Transição CDI/CDD	idade - 25 anos ou menos	0,169	0,379	1,185	18,5
	idade - 50 anos ou mais	-0,544	0,037	0,580	<b>-42 (*)</b>
	escolaridade - nível fundamental	0,304	0,282	1,355	35,5
	escolaridade - nível médio	0,768	0,000	2,156	<b>115,6 (*)</b>
	escolaridade - nível superior	1,584	0,000	4,877	<b>387,7 (*)</b>
	mulher / descendência estrangeira	-0,818	0,002	0,441	<b>-55,9 (*)</b>
	mulher / descendência francesa	-0,161	0,407	0,852	-14,8
	homem / descendência estrangeira	-0,305	0,192	0,737	-26,3
Outros Tipos de Emprego	idade - 25 anos ou menos	0,602	0,076	1,826	82,6
	idade - 50 anos ou mais	-0,267	0,602	0,766	-23,4
	escolaridade - nível fundamental	0,448	0,371	1,565	56,5
	escolaridade - nível médio	0,699	0,065	2,011	<b>101,1 (**)</b>
	escolaridade - nível superior	0,619	0,271	1,857	85,7
	mulher / descendência estrangeira	-0,222	0,652	0,801	-19,9
	mulher / descendência francesa	-0,065	0,872	0,937	-6,3
	homem / descendência estrangeira	0,427	0,308	1,532	53,2
Sub-Contratado	idade - 25 anos ou menos	0,293	0,224	1,340	34
	idade - 50 anos ou mais	-0,719	0,060	0,487	<b>-51,3 (**)</b>
	escolaridade - nível fundamental	0,465	0,173	1,592	59,2
	escolaridade - nível médio	0,708	0,005	2,031	<b>103,1 (*)</b>
	escolaridade - nível superior	-0,042	0,927	0,959	-4,1
	mulher / descendência estrangeira	-1,617	0,000	0,199	<b>-80,1 (*)</b>
	mulher / descendência francesa	-0,409	0,115	0,664	-33,6
	homem / descendência estrangeira	0,084	0,760	1,088	8,8
CDD	idade - 25 anos ou menos	0,578	0,004	1,782	<b>78,2 (*)</b>
	idade - 50 anos ou mais	-0,572	0,065	0,564	<b>-43,6 (**)</b>
	escolaridade - nível fundamental	0,960	0,001	2,611	<b>161,1 (*)</b>
	escolaridade - nível médio	1,048	0,000	2,853	<b>185,3 (*)</b>
	escolaridade - nível superior	1,452	0,000	4,273	<b>327,3 (*)</b>
	mulher / descendência estrangeira	-0,127	0,641	0,881	-11,9
	mulher / descendência francesa	0,112	0,617	1,119	11,9
	homem / descendência estrangeira	0,016	0,951	1,017	1,7



classe de trajetória	variável	B	Sig.	Exp(B)	%
Beneficiário de Contrato de Proteção Social	idade - 25 anos ou menos	0,548	0,035	1,730	<b>73 (*)</b>
	idade - 50 anos ou mais	-0,508	0,211	0,602	-39,8
	escolaridade - nível fundamental	0,334	0,320	1,397	39,7
	escolaridade - nível médio	-0,019	0,946	0,981	-1,9
	escolaridade - nível superior	0,067	0,877	1,069	6,9
	mulher / descendência estrangeira	-0,093	0,783	0,911	-8,9
	mulher / descendência francesa	0,038	0,896	1,039	3,9
	homem / descendência estrangeira	-0,376	0,307	0,687	-31,3
CDI	idade - 25 anos ou menos	0,164	0,383	1,178	17,8
	idade - 50 anos ou mais	-0,845	0,002	0,429	<b>-57,1 (*)</b>
	escolaridade - nível fundamental	0,930	0,000	2,534	<b>153,4 (*)</b>
	escolaridade - nível médio	0,935	0,000	2,547	<b>154,7 (*)</b>
	escolaridade - nível superior	1,653	0,000	5,223	<b>422,3 (*)</b>
	mulher / descendência estrangeira	-0,866	0,000	0,421	<b>-57,9 (*)</b>
	mulher / descendência francesa	-0,534	0,006	0,586	<b>-41,4 (*)</b>
	homem / descendência estrangeira	-0,457	0,044	0,633	<b>-36,7 (*)</b>
Inativo	idade - 25 anos ou menos	-0,799	0,034	0,450	<b>-55 (*)</b>
	idade - 50 anos ou mais	-0,435	0,245	0,647	-35,3
	escolaridade - nível fundamental	0,410	0,247	1,507	50,7
	escolaridade - nível médio	0,300	0,311	1,349	34,9
	escolaridade - nível superior	0,370	0,392	1,448	44,8
	mulher / descendência estrangeira	1,520	0,001	4,574	<b>357,4 (*)</b>
	mulher / descendência francesa	1,794	0,000	6,014	<b>501,4 (*)</b>
	homem / descendência estrangeira	-0,490	0,487	0,613	-38,7

(\*)  $p < 0,05$ ; (\*\*)  $p < 0,10$  / categoria de referência: desemprego

Fonte: Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, DARES, Pannel TDE " Trajectoires des demandeurs d'emploi. Elaboração Própria.

TABELA 6

SÃO PAULO: DETERMINANTES DOS TRAJETOS 1997-2001  
(MODELO DE REGRESSÃO MULTINOMIAL)

classe de trajetória	variável	B	Sig.	Exp(B)	%
Empregados com Vínculo	idade - 25 anos ou menos	0,262	0,006	1,300	<b>30 (*)</b>
	idade - 50 anos ou mais	-0,712	0,000	0,490	<b>-51 (*)</b>
	escolaridade - nível fundamental	0,185	0,084	1,203	<b>20,3 (**)</b>
	escolaridade - nível médio	0,610	0,000	1,840	<b>84 (*)</b>
	escolaridade - nível superior	0,736	0,000	2,087	<b>108,7 (*)</b>
	mulher / não-branca	-1,134	0,000	0,322	<b>-67,8 (*)</b>
	mulher / branca	-1,001	0,000	0,367	<b>-63,3 (*)</b>
	homem / não-branco	0,026	0,843	1,026	2,6
Ignorados	idade - 25 anos ou menos	1,237	0,000	3,446	<b>244,6 (*)</b>
	idade - 50 anos ou mais	-0,668	0,000	0,513	<b>-48,7 (*)</b>
	escolaridade - nível fundamental	-0,047	0,636	0,954	-4,6
	escolaridade - nível médio	-0,063	0,527	0,938	-6,2
	escolaridade - nível superior	0,049	0,807	1,051	5,1
	mulher / não-branca	-0,742	0,000	0,476	<b>-52,4 (*)</b>
	mulher / branca	-0,816	0,000	0,442	<b>-55,8 (*)</b>
	homem / não-branco	0,116	0,358	1,123	12,3
Emprego Doméstico	idade - 25 anos ou menos	0,382	0,017	1,465	<b>46,5 (*)</b>
	idade - 50 anos ou mais	-0,222	0,261	0,801	-19,9
	escolaridade - nível fundamental	-0,681	0,000	0,506	<b>-49,4 (*)</b>
	escolaridade - nível médio	-1,394	0,000	0,248	<b>-75,2 (*)</b>
	escolaridade - nível superior	-0,277	0,417	0,758	-24,2
	mulher / não-branca	1,353	0,000	3,869	<b>286,9 (*)</b>
	mulher / branca	0,854	0,001	2,349	<b>134,9 (*)</b>
	homem / não-branco	-0,610	0,102	0,543	-45,7
Autônomos	idade - 25 anos ou menos	0,126	0,465	1,134	13,4
	idade - 50 anos ou mais	-0,354	0,095	0,702	<b>-29,8 (*)</b>
	escolaridade - nível fundamental	0,120	0,519	1,127	12,7
	escolaridade - nível médio	0,084	0,662	1,088	8,8
	escolaridade - nível superior	0,241	0,489	1,272	27,2
	mulher / não-branca	-1,367	0,000	0,255	<b>-74,5 (*)</b>
	mulher / branca	-1,167	0,000	0,311	<b>-68,9 (*)</b>
	homem / não-branco	-0,148	0,468	0,862	-13,8
Transição entre Desemprego e Inatividade	idade - 25 anos ou menos	2,265	0,000	9,631	<b>863,1 (*)</b>
	idade - 50 anos ou mais	-0,069	0,684	0,934	-6,6
	escolaridade - nível fundamental	0,044	0,700	1,045	4,5
	escolaridade - nível médio	-0,255	0,034	0,775	<b>-22,5 (*)</b>
	escolaridade - nível superior	-0,968	0,006	0,380	<b>-62 (*)</b>
	mulher / não-branca	-0,535	0,000	0,585	<b>-41,5 (*)</b>
	mulher / branca	-0,500	0,000	0,607	<b>-39,3 (*)</b>
	homem / não-branco	0,060	0,684	1,062	6,2

(\*) p < 0,05; (\*\*) p < 0,10 / categoria de referência: desemprego

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego-PED. Questionário Suplementar SEADE/CEM "Mobilidade Ocupacional".

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- BURCHELL, B.; RUBERY, J. Divided women: labour market segmentation and gender segregation. In: SCOTT, A. (ed.). *Gender segregation and social change*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- CANCEILL, G.; HUYGHUES DESPOINTES, H. L’Inscription à l’ANPE et Après: Itinéraires de Chômeurs. In: DARES. *Premières Informations et Premières Synthèses*, Paris, Ministère de l’Emploi et de la Solidarité, n.37.1
- COHN, S. *Race and gender discrimination at work*. Boulder: Westview Press, 2000.
- COMIN, A. *Mudanças na estrutura sócio-ocupacional do mercado de trabalho em São Paulo*. Tese de Doutorado em Sociologia, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003.
- DEDECCA, C.; MONTAGNER, P.; BRANDÃO, S. *Recessão e Reestruturação Econômica*. As novas condições de funcionamento do mercado de trabalho na década de 90. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1993.
- DEMAZIERE, D. *La sociologie du chômage*. Paris: La Découverte, 1995a.  
\_\_\_\_\_. *Le chômage de longue durée*. Paris: PUF, 1995b.
- FASSIN, D.; FASSIN, E. (orgs). *De la question sociale à la question raciale? Représenter la société française*. Paris: La Découverte, 2006.
- FREYSSINET, J. *Le chômage*. Paris: La Découverte, 1984.
- FRIOT, B.; ROSE, J.. *La Construction Sociale de l’Emploi en France*. Les années soixante à aujourd’hui. Paris: L’Harmattan/Forum, 1996.
- GALLIE, D.; PAUGAM, S. *Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- GAUTIE, J. Transitions et trajectoires sur le marché du travail. *Quatre-Pages*, Paris, Centre d’Études sur L’Emploi, n.59, sept. 2003.
- GUIMARÃES, A. S. *Preconceito Racial*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- GUIMARÃES, N. A. Unemployment and occupational transition: trajectories and perceptions. In: KASE, K.; SUGITA, K. (eds.). *The Unemployed and Unemployment in an International Perspective: Comparative Studies of Japan, France and Brazil*. Tokyo: University of Tokyo, 2006a.  
\_\_\_\_\_. L’Occident serait-il en train de se “brasilianiser”. *Revue Tiers Monde*, n.189, p.137-186, 2006b.

- \_\_\_\_\_. Novas formas, novas medidas? In: GUIMARÃES, N. A; CARDOSO, A.; ELIAS, P; PURCELL, K. (eds.). *Mercado de trabalho e oportunidades: Reestruturação econômica, mudança ocupacional e desigualdade na Inglaterra e no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008. (no prelo)
- HASENBALG, C. A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MARUANI, M.. *Les Mécomptes du Chômage*. Paris: Bayard, 2002.
- MARUANI, M.; REYNAUD, E. *Sociologie de l'emploi*. Paris: La Découverte, 1993.
- MOORE, D. *Labor market segmentation and its implications*. New York: Garland Publishing 1992.
- PIGNONY, M.-T.; POUJOULY, C. Trajectoires professionnelles et récurrence du chômage. DARES. *Premières Informations et Premières Synthèses*, Paris, Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, n.14.3.
- SAHLINS, P. *Unnaturally French: Foreign citizens in the Old Regime and after*. Ithaca: Cornell University Press, 2004.
- SILVA, N. V.; HASENBALG, C. A. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
- SUPIOT, A. (ed.) *Au-delà de l'Emploi*. Paris: Flammarion, 1999.
- WALBY, S. Segregation in employment in social and economic theory. In: WALBY, S. (ed.). *Gender segregation at work*. Milton Keynes: Open University Press, 1988.